

Enem: uma avaliação inovadora

Educação

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO*

O perfil do ensino médio brasileiro está mudando rapidamente nos últimos anos.

Como resultado das políticas do Ministério da Educação em conjunto com estados e municípios, o número de alunos que concluem o ensino Fundamental vem crescendo 11,8% ao ano, aumentando a demanda por vagas no ensino Médio, sobretudo na rede pública, que se expande anualmente cerca de 12%. De 5 milhões de alunos, em 1994, o ensino Médio passou a ter 7 milhões em 1998.

Progride mais celeremente o número de alunos que terminam esse nível de ensino: 15% ao ano, gerando procura maior por vagas no ensino Superior, que cresce, em média, 8%.

Este quadro confirma que a Educação está na agenda prioritária não só do governo, mas da sociedade. Mostra também o acerto da estratégia de priorizar a Educação Fundamental, alavancando o desenvolvimento de todos os níveis de ensino. O Brasil repete assim experiências bem sucedidas em outros países, onde a mudança do perfil educacional da população teve como impulso inicial a rápida universalização do ensino Fundamental, seguindo-se o esforço para expandir os demais níveis de ensino.

Nesse sentido, surge, com vantagens para alunos, sistemas de ensino e para o mercado de trabalho, o Exame Nacional do Ensino Médio, em sua segunda edição neste ano. O Enem é uma proposta inovadora, afinada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-

cional, que incentiva avaliações educacionais, acaba com a obrigatoriedade do vestibular e propõe a articulação estreita entre o ensino Médio e as universidades.

Ao contrário das avaliações tradicionais, que exigem memorização de conteúdos, o Enem estimula a escola a desenvolver habilidades e competências pelas quais os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados. A concepção do Enem está mais próxima da reforma do ensino Médio e das tendências internacionais, que destacam a importância da formação geral na educação básica.

O Enem mostra o perfil de saída ao término do ensino Médio e oferece ao participante a possibilidade de obter uma referência do seu desempenho em relação às competências adquiridas durante seus estudos. O resultado do exame deste domingo estará sendo utilizado por 25 instituições (18 delas particulares) como critério de acesso à universidade, em complementação ou substituição ao vestibular. O número de instituições que estão aderindo a essa alternativa cresce a cada dia. Uma instituição, por enquanto, a Universidade do Grande ABC, na Grande São Paulo, decidiu aceitar o Enem como único critério de seleção de candidatos, abolindo o vestibular. A adoção do exame como critério de acesso complementar ao vestibular foi decidida por instituições como a USP, a Unesp e a Unicamp, a PUC-Rio, a Universidade Federal do Paraná, entre outras.

Ao mesmo tempo, o Enem pode ser uma credencial para o mercado de trabalho. Estamos debatendo com entidades empresariais e de trabalhadores, neste segundo semestre do ano, a sugestão de que os resultados do exame passem a servir de referência para seleção de pessoal. Como o desempenho individual no exame é sigiloso, o próprio aluno decidirá se deseja ou não utilizá-lo para pleitear uma vaga numa universidade ou empresa. A existência do Enem é ainda extremamente positiva porque, à medida que ganha reconhecimento, o exame sinaliza, para as escolas e os sistemas educacionais, que tipo de formação se espera hoje do ensino Médio. Por suas vantagens, o Enem deve ajudar a consolidar não só os mecanismos de avaliação, mas a cultura da avaliação. É por meio dela que as escolas ganharão qualidade e oferecerão formação melhor aos seus alunos.

A prova do Enem será aplicada hoje, 29 de agosto, em 162 municípios, incluídas todas as capitais. O Enem veio para ficar. O uso social dos seus resultados permitirá uma conexão mais orgânica entre o ensino Médio e as universidades. O exame ganha consistência e alia-se à proposta de reforma curricular do ensino Médio, impulsionada pelo Ministério em parceria com as secretarias estaduais de Educação.

*Mestre em Ciência Política, presidenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação responsável pelo Enem, e professora licenciada do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

29 AGO 1999

JORNAL DO BRASIL